



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



Escola de Administração
de Empresas de São Paulo



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EAESP/FGV

GVpesquisa

Alane C. Pfeifer

Mateus W. Rios

Práticas Organizacionais das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro e sua influência nas favelas onde atuam

SÃO PAULO

2013

Agradecimentos

Dedicamos este trabalho a EAESP-FGV e ao GVpesquisa, que desenvolveram, financiaram e possibilitaram este projeto como um todo, com destaque para os professores Rafael Alcadipani e Fernando Burgos, que nos acompanharam desde o processo seletivo do projeto até sua finalização. Agradecemos também a Isolete Rogeski, que montou nossa experiência de maneira excepcional, e por último, mas não menos importante, à nossa orientadora Nayara Noronha, que não só fez crescer em nós o gosto pela pesquisa de campo, como também nos ajudou a adquirir uma percepção de ambientes e pessoas inesquecível.

A todos vocês, o nosso Muito Obrigado!

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Cenário de violência no Rio de Janeiro	5
3. A UPP	7
4. Implementação das UPPs e características das comunidades analisadas	11
5. Relação com os moradores	15
6. Influência das UPPs	18
7. Considerações finais	20
8. Bibliografia	23

1. Introdução

Esta pesquisa foi realizada por meio do “Projeto Conexão Local”, que tem o intuito estimular o envolvimento dos estudantes de graduação da Fundação Getúlio Vargas com experiências inovadoras de gestão social e desenvolvimento socioeconômico local, com foco nas áreas de políticas públicas, combate à pobreza e promoção da cidadania por meio do estudo de organizações. O objetivo do projeto consiste em sistematizar o conhecimento sobre práticas diferenciadas e inovadoras de gestão, levando estudantes de graduação a ambientes socioeconômicos e culturais distintos de seus ambientes usuais para a análise de organizações pré-definidas. O programa é realizado por iniciativa do GVpesquisa da EAESP-FGV.

Ao participar deste projeto em Julho/2013, fomos selecionados para fazer uma pesquisa qualitativa sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) das comunidades de *Santa Marta* e *Babilônia/Chapéu Mangueira* (designadas e autorizadas pela *PMERJ* - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e pela *SESEG* - Secretaria de Estado de Segurança). O objetivo da nossa pesquisa foi entender o funcionamento das UPPs como organização e analisar a influência que elas exercem nos meios onde atuam. A metodologia da pesquisa envolveu a observação participante dos pesquisadores dentro das UPPs e em suas atividades externas, e a realização de entrevistas informais e desestruturadas com diferentes níveis hierárquicos da Polícia Pacificadora e com os moradores das comunidades analisadas. O intuito da metodologia aplicada visa à observação do cotidiano no trabalho executado pelos policiais da UPP e nas atividades cotidianas dos moradores da comunidade pacificadas.

2. Cenário de violência no Rio de Janeiro

Não se sabe ao certo quando o tráfico de drogas teve início nos morros cariocas. O que se sabe é quando ele se intensificou as favelas foram os cenários principais. Segundo informações provenientes de um policial, durante o governo Brizola (1992), é de conhecimento público que sua filha foi abordada saindo de um morro com porte de drogas. Com isto, o político proibiu a entrada de policiais nos morros, facilitando (e muito) o comércio de entorpecentes no local.

Com isto, por muitos anos, as favelas do estado do Rio de Janeiro foram comandadas por três grandes facções criminosas: o *Comando Vermelho*, que surgiu na década de 70 e é a maior e mais importante facção, tendo como área de domínio as principais favelas da Zona Sul. De acordo com informações da CPP, esta facção domina mais de 55% das comunidades da cidade. O Comando Vermelho surgiu devido a mistura de presos comuns com presos políticos no presídio de Ilha Grande. Por meio desta convivência no confinamento, os presos comuns aprenderam a se articularem de forma estratégica. Nos anos 80 surge o *Terceiro Comando* e em seguida, nos anos 90 surge o *Amigo dos Amigos (DA)*.

As facções exerciam forte poder nas comunidades em que atuavam, sendo os principais responsáveis pelo tráfico de drogas como cocaína e maconha, principalmente, já que tinham nele sua principal (mas não única) fonte de renda. As regras seguidas pelos moradores da comunidade durante o comando das facções criminosas eram regras elaboradas pelos próprios criminosos, fazendo da violência armada sua principal forma de demonstração de poder. Essas facções criminosas são vistas como verdadeiras “empresas” para a Polícia do Rio, por isso são chamadas de “crime organizado”.

O crime organizado criou um mundo particular e peculiar dentro das favelas de tal forma, que as regras designadas por eles eram de fato as leis a serem seguidas naqueles espaços. Nos foi exemplificado que em alguns locais, existiam as chamadas “Feiras Livres”, onde diversos produtos eram comercializados em barracas a céu aberto, como pessoas (prostituição) e drogas de todos os tipos. Estas feiras ocorriam paralelamente aos bailes funk, que apesar de ter utilizar um gênero musical considerado como Patrimônio Cultural, sempre foram relacionados com o período auge das facções, já que o evento era integralmente financiado com recursos do tráfico, e com isto, a comercialização e o próprio uso de drogas era algo comum.

De acordo com os relatos dos moradores que viviam nas comunidades analisadas no período de domínio do crime organizado, era muito frequente a ocorrência de tiroteios. Além disso, os traficantes andavam visivelmente armados, ostentando seu poder perante a comunidade. Vale ainda destacar que enquanto as comunidades eram regidas por estas facções, a presença do Estado era inexistente. Muitos dos entrevistados relataram que havia uma relação cordial entre moradores e membros do tráfico. Segundo eles, os traficantes não interviam em suas atividades e nem entravam em contato quando não era necessário.

Durante o domínio das facções criminosas, como a norma vigente na comunidade era a lei elaborada pelo traficantes, a população respeitava a “Lei do Morro”, já que a pena capital era aplicada. Com isso, havia maior respeito pelo ambiente comum, a exemplo dos moradores de Santa Marta, que não jogavam muito lixo nas ruas, como é feito hoje. Além disso, não havia grande frequência em roubos entre moradores da comunidade. Atualmente, a incidência de roubos é maior, porém o problema é resolvido entre os próprios moradores, assim como as ocorrências de agressão.

Com o excesso de violência nas comunidades e nas regiões ao redor, por meio do Conselho Comunitário de Segurança, a Polícia Militar do Rio de Janeiro decidiu implementar no ano de 2000 uma unidade móvel de polícia pacificadora nas comunidades mais violentas, o chamado Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Segundo a Controladoria da Polícia Pacificadora (CPP), este projeto não obteve sucesso pois o GPAE não contava com a permanência dos policiais na comunidade, problema que foi resolvido com o surgimento da UPP, em 2008.

3. A UPP

O fracasso do GPAE levou a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro desenvolver o programa das Unidades Policiais Pacificadoras. O programa se baseou num programa de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia, que foi muito bem sucedido. O programa de Medellín se resume em três fases: a primeira referente à desmobilização de combatentes, a segunda referente à ofensiva militar contra guerrilheiros e paramilitares promovida pelo governo Uribe, e enfim a terceira, referente ao projeto Metrocable, que consiste em um modo de locomoção (uma espécie de metrô), contribuindo com a chegada de serviços públicos e alternativas de vida para uma região abandonada, ou até mesmo esquecida pelo Estado.

Assim como o programa da Colômbia, o programa das UPPs tem como objetivo retomar o controle estatal das comunidades e devolver à população seus direitos de cidadão, que antes não podiam ser exercidos devido ao domínio do tráfico. A implementação da UPP consiste em um programa de cinco etapas, sendo elas:

- 1 – Fase Preliminar ou Fase de Planejamento: Momento de planejamento de como será a entrada na comunidade, e como será a implantação da UPP física. Há reunião com a presença do Governador do RJ, do Secretário de Segurança Pública, do Comandante Geral e outras autoridades estatais. Vale notar que não existe a presença de qualquer autoridade da comunidade a ser pacificada, a exemplo do presidente da Associação de Moradores.
- 2 – 1º Fase: RETOMADA (Intervenção Tática): Entrada das forças armadas na favela a ser pacificada, representadas aqui pelo BOPE e pela Tropa de Choque; com o apoio judiciário (mandatos de busca e apreensão, para não ocorrerem processos contra invasão de privacidade, e afins).
- 3 – 2º Fase: ESTABILIZAÇÃO: Momento seguinte à entrada na comunidade, em que ainda há a presença do BOPE no local, aguardando possíveis criminosos que se entregam ou que retornam após terem fugido, e contém as repressões e oposições à pacificação. Há a construção da base fixa da UPP no local. Surge a presença da UPP Social, com o intuito de tentar aproximar um diálogo entre comunidade e Polícia, e realizar a coleta de dados estatísticos para futura análise.

- 4 – 3º Fase: IMPLANTAÇÃO: Inauguração da sede da UPP no local. Presença de animadores infantis, celebridades para os moradores, e autoridades influentes. Ocorre uma festa com caráter familiar na sede da UPP.
- 5 – 4º Fase: PÓS-IMPLANTAÇÃO (Avaliação e Monitoramento): Fase principal que distingue a UPP da extinta GPAE, consiste na presença policial no cotidiano da comunidade. As tentativas de aproximação nesta fase já ocorrem com o uso da farda. Permite verificar melhorias ou até atividades que não vão bem, e o que deverá ser feito para melhorar.

Apesar de ter sido criada somente três anos após a implementação da primeira UPP, na comunidade de Santa Marta em 2008, a CPP é muito importante para padronizar a ação e a formação das UPPs. Possui um rígido organograma, tendo em seu topo o Comandante Geral, cargo nomeado pelo Governador do RJ. Logo abaixo há uma divisão: Estado Maior Operacional e Estado Maior Administrativo. O Estado Maior Administrativo é responsável pela saúde e educação dos policiais e oficiais em operação do Estado, enquanto o Estado Maior Operacional se responsabiliza pelas atividades em campo, com repartições como a própria CPP e o COE (Comando de Operações Especiais - o BOPE, por exemplo). A CPP, dentro da organização policial militar, é comparada com as CPAs, organizações responsáveis por comandar um determinado conjunto de batalhões. Tanto as CPAs quanto a CPP correspondem a parte operacional da Polícia Militar.

As UPPs utilizam do conceito de Polícia Pacificadora para guiar as ações de seus policiais. Define-se como uma polícia que promove parceria entre comunidade e Polícia, com intuito de melhorar a segurança pública, podendo intervir na comunidade, inclusive com sua força, quando e se necessário. Porém, segundo a CPP, o objetivo das UPPs é atingir o nível de Polícia de Proximidade, que promove a parceria entre comunidade e Polícia, não utilizando armas e nem força física na comunidade, contribuindo com o desenvolvimento social desta. As UPPs realizam rondas no interior das comunidades através da existência da patrulha GTPP (Grupo Tático de Policiamento de Proximidade). As rondas são realizadas pela guarnição responsável do dia, uma vez que há a rotatividade desta. Um membro da guarnição deve sempre portar um fuzil, a fim de demonstrar sua superioridade perante a comunidade. Somente a PM do RJ possui a permissão de portar este armamento de guerra. Apesar de ostentar o fuzil, os policiais não possuem a intenção de usá-lo, até porque sua bala é capaz de perfurar até 11 residências do morro, podendo causar um grande estrago.

Mesmo seguindo ordens da CPP, cada UPP possui sua liberdade administrativa, ficando a cargo do comandante delegar as funções em caráter interno.

Visando obter um trabalho de maior qualidade pelos oficiais da UPP, sua administração leva em conta a realidade e as condições de vida de cada um deles, criando escalas diferenciadas se necessário, mostrando assim a humanização da corporação. Se um policial trabalha insatisfeito, ele gera um trabalho ruim para a sociedade, o que se torna perigoso já que o policial lida diretamente com ela.

Após a implementação da UPP, a UPP Social fica responsável pelo levantamento de dados como a quantidade de apreensões de pessoas e de drogas, e do relatório sobre as mudanças que ocorrem na comunidade com a chegada da UPP, como por exemplo, a extinção de alguns cargos do tráfico. Além disso, a entrada da UPP possibilitou a entrada do poder estatal e portanto, a chegada de serviços públicos antes não prestados devido ao controle exercido pelas facções criminosas, como a regulamentação da luz pela empresa Light e a melhoria do saneamento básico das comunidades. Além disso, outros serviços passaram a ser executados nas comunidades pacificadas como entrada de programas sociais, de creches estaduais e da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro).

Existem hoje 34 UPPs ativas no Rio de Janeiro, atuando em 25 regiões da cidade. Como o tráfico fazia parte da cultura e até mesmo da identidade da maioria dos morros, o grande objetivo das UPPs é retomar o controle estatal das comunidade e devolver a população seus direitos de cidadão. Com isso possui como meta atingir o público infantil (<15 anos), tendo em vista uma mudança de cultura para as próximas gerações e um resultado à longo prazo. Juntamente com este fato, a UPP visa mudar a cultura ligada ao tráfico na comunidade, devolver a tranquilidade e a paz para a comunidade (visando à retomada da qualidade de vida), preservar a vida das pessoas a fim de garantir suas liberdades e tornar o organograma da UPP e seu modus operandis um programa referência de segurança pública. A UPP tenta operar e investir na prevenção da criminalidade, e não na ação pós-crime.

As UPPs contam com o suporte financeiro do Estado do Rio de Janeiro, e também do aporte de capital da iniciativa privada, a exemplo do empresário Eire Batista, que destina um fundo de R\$ 20 milhões para serem investidos exclusivamente nas áreas de logística e infraestrutura das UPPs.

Hoje, todos os PMs participantes das UPPs precisam fazer um curso prévio de polícia comunitária para adentrarem nesta instituição, visando uma melhor relação com a comunidade.

As funções de cada indivíduo são demarcadas de acordo com suas próprias habilidades pessoais, criando um ambiente saudável e eficaz de trabalho. É notável ainda a presença de um corpo de policiais quase que exclusivamente na faixa etária entre 25-35 anos. Tal fato é proposital, pela justificativa de obter policiais com uma visão mais moderna. Muitos policiais realizam funções além daquelas pré-estabelecidas, como atender a ocorrências assistencialistas, o que mostra uma parte mais humana da polícia.

4. Implementação das UPPs e características das comunidades analisadas

Mesmo possuindo fatores em comum, como a chegada de projetos sociais como aulas de músicas, lutas, informática, futebol, dança, teatro; e eventos com foco na área da saúde, cada UPP tem sua particularidade em cada comunidade, pois sua implementação depende de fatores como o histórico da comunidade a ser pacificada, seu nível de violência, a geografia e a topografia do local a ser pacificado, dentre outros.

O morro Santa Marta teve sucesso com a implementação de sua UPP por dois grandes fatores: sua comandante, na época Tenente Priscila (que hoje goza do cargo de Major), fez um trabalho exemplar no contato com a comunidade. Seu trabalho é muito elogiado não só por seus colegas PMs mas também por muitos moradores. Sua humildade, seu diálogo e sua característica de “durona” foram essenciais para o sucesso da operação. Outro fator que colaborou para o triunfo da operação foi a geografia do morro. A comunidade Santa Marta é cercada por matas e , hoje, muros ao seu redor, restando apenas duas entradas para o morro, uma por cima e outra por baixo (Rua São Clemente, Botafogo). Os muros foram construídos para proteger o avanço da comunidade na mata a ser preservada.

No caso da comunidade Babilônia/Chapéu Mangueira, o fator determinante para facilitar a entrada da UPP foi o fato do tráfico ser repressivo, tendo o apoio da própria comunidade em extingui-lo, e também a topografia local: o morro possui apenas uma entrada de carro (Ladeira Ary Barroso, Leme), e outra que só se tem acesso à pé, chamada escadaria. O resto da comunidade também é cercado por matas.

Alguns hábitos diferem as comunidades entre si, a exemplo da relação dos moradores com o lixo. No morro Santa Marta a presença de fezes animais, e com isso um cheiro desagradável, é comum. A comunidade possui, em média, 70 valas abertas onde os moradores jogam lixo constantemente. As valas atrapalham o processo de saneamento básico no morro. Há duas valas que suportam a carga de cinco caçambas de lixo. Em épocas de chuva, os moradores relataram que ocorre uma chuva de lixo ao longo do morro. Apesar disto, ocorrem duas coletas diárias de lixo pela favela, onde são recolhidas 10 toneladas diárias de lixo. Por sua vez, a comunidade Babilônia/Chapéu Mangueira é um lugar limpo, onde os moradores tem o hábito de levarem seus sacos de lixo consigo até a base do morro, onde funcionários da Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) o recolhem.

Santa Marta é um local que atrai muitos turistas pelos seus belos mirantes, e pelo cantor Michael Jackson ter gravado um clipe musical em um local do morro, que hoje é um dos principais pontos turísticos do local, com uma estátua do astro e um mosaico do artista Romero Britto. Com a chegada da segurança da UPP, o morro recebe, em média, 10 mil turistas por mês, o que favoreceu a criação de empresas como uma de turismo com guias do próprio morro, chamada “Rio Top Tour”, que é baseado na capacitação do morador da comunidade para desenvolver o turismo no local onde mora. Durante essa capacitação o morador recebe uma bolsa do governo no valor de R\$ 512 reais. O projeto existe hoje somente nas comunidades de Santa Marta e Cantagalo, havendo a intenção de instalá-lo em outros morros com fluxo de turistas considerável.

No quesito infraestrutura, foi implementado no morro também uma espécie de elevador público, chamado “Plano Inclinado”, que facilitou a vida da comunidade, que agora não precisam utilizar seus 788 degraus diariamente.

Existem nesta comunidade alguns projetos particulares, como o “Projeto Coral”, que consiste em pintar, gratuitamente, as casas dos moradores da cor que eles escolherem, e o “Favela Painting”, projeto desenvolvido por uma dupla de holandeses que pintaram as edificações na principal praça do morro, a Praça Cantão.

Apesar de ainda haver apreensão de armas e drogas em ambas as comunidades, mesmo que em quantidades ínfimas e esporadicamente, grande parte das ocorrências hoje em Santa Marta são relacionadas à violência doméstica, as chamadas ocorrências assistencialistas. Há cinco anos a população deste morro não presencia confrontos armados. Antes da pacificação, quem resolvia os problemas assistencialistas era a Associação de Moradores, mas agora, isto é responsabilidade da UPP, que possui um departamento chamado “Grupo de Mediação e Resolução de Conflitos”, onde um PM treinado e sem farda (já que a farda é ostensiva - para esta função é de suma importância a ausência dela) realiza o diálogo entre as partes. Como o Tenente e Subcomandante desta UPP disse: “O nosso principal armamento é o diálogo”. Em Novembro/2012, foi implementada a Mediação de Conflitos em todas as UPPs. A busca pela mediação vem da própria população, mostrando confiança no trabalho realizado pela instituição. Isto também ocorre com as ocorrências policiais.

Santa Marta é um morro fortemente caracterizado por possuir pessoas “festeiras” devido ao grande número de festas que ocorrem nas residências. Porém, com relação as festas grandes, que ocorrem semanalmente na comunidade como um todo, a maioria delas são voltadas para o público da Zona Sul. O ingresso para estas festas gira em torno de R\$ 100 reais, o que faz com que

o público local não tenha condições financeiras de frequentar tal evento. Apesar disso, a comunidade é muito unida e segundo o Comandante desta UPP, a comunidade é politicamente ativa. Já o presidente da Associação de Moradores afirma que ela não o é.

Com relação à população de Santa Marta, ao longo das conversas que tivemos com os moradores e representantes de algumas instituições, percebemos que a maioria dos moradores que lá vivem, desde o surgimento da comunidade, é de origem nordestina e se mudaram em busca de oportunidades de trabalho e melhora da qualidade de vida. Muitos afirmaram que não foram morar na “rua” (como denominam a parte asfaltada da cidade), pois não tinham condições financeiras de arcar com os gastos de uma casa naquela região. Inclusive, a miséria existente no morro foi extinta com a chegada da UPP.

Já a comunidade Babilônia/Chapéu Mangueira era uma comunidade só, que no final da década de 50 se dividiu em duas, devido às formações e aos históricos culturais diferentes. As duas comunidades não conversam muito entre si, mas nutrem o respeito mútuo. Cada uma possui sua própria Associação.

Nesta comunidade há a prática do turismo devido as vistas que existem lá para as praias do Leme e de Copacabana. A comunidade foi cenário para a gravação do filme “Tropa de Elite”, contribuindo também para a atração de turistas.

Há também locais com risco de desabamento na comunidade e a prefeitura executou seu projeto de realocação, construindo prédios novos, com placa solar visando a economia de energia. Ao contrário da comunidade de Santa Marta, em Babilônia/Chapéu Mangueira a realocação ocorreu de modo pacífico, possuindo o apoio dos moradores de Babilônia, onde se localiza o condomínio construído pela prefeitura. Atualmente, as principais ocorrências nesta comunidade referem-se ao espaço físico, havendo muitas brigas por limitação de propriedade.

Há ainda em Babilônia/Chapéu Mangueira uma espécie de escola para crianças, chamada Escola da Tia Perícia, que ajuda a tirar o tempo ocioso da criança, preenchendo-o com atividades em tempo integral. Esta escola também possui reforço escolar. O capital provem de uma ONG Alemã. A escola contribui com a realização da meta da UPP de investir nas crianças para acabar com a cultura do tráfico. A presença desta escola é muito importante na comunidade, já que a prefeitura tirou de lá a única escola que havia, sob pretexto de que o espaço físico era impróprio. Apesar disto a prefeitura nunca abriu outra escola no local, assim a Escola da Tia Percilia, mesmo não sendo como um escola comum que visa o ensino de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), contribui para a educação das crianças. Há duas escolas públicas no

bairro do Leme, onde a maioria das crianças da comunidade estudam, visto que são as únicas opções mais próximas.

Houve no passado um Projeto denominado “Favela Bairro”, que buscava aprimorar a infraestrutura da comunidade como um todo. Segundo alguns moradores, o projeto acabou por beneficiar mais a comunidade Chapéu Mangueira. Assim como muitos projetos de iniciativa estatal, este foi abandonado durante a sua execução. Atualmente está em execução o Projeto “Morar Carioca Verde” que também foca na infraestrutura e no desenvolvimento da comunidade como um todo. Porém, segundo moradores de Chapéu Mangueira, como o primeiro projeto, mal sucedido, ajudou mais sua parte da comunidade, agora alegam que este ajuda mais Babilônia. Esses moradores afirmam que é uma injustiça, já que a verba recebida pelo projeto é destinada, ao menos em tese, para as duas partes da comunidade.

Após a implementação da UPP houve nesta comunidade uma forte especulação imobiliária. Como os espaços onde as famílias se alocaram não são de sua posse, o governo irá dar a posse de terra para os moradores. Isso facilita a entrega de correspondências, com o surgimento dos CEPs das residências, passando a ser entregues em casa e não pela triagem nas Associações, como ainda ocorre. Facilitaria também a chegada dos impostos, como o IPTU, nunca cobrado anteriormente. Devido a isso, a presidente da Associação de Moradores da comunidade Chapéu Mangueira afirmou que haverá a prática da “Remoção Branca”, tema muito discutido na sua comunidade. Consiste no aumento dos impostos e de taxas a fim de torna-los impagáveis para as pessoas que lá residem. Segundo ela, essa é uma forma de retirar os “pobres” do local, para devolver o local a classe A, já que se localiza a um quarteirão da praia, da Zona Sul, com belas vistas.

Atualmente a rede de esgoto da comunidade não suporta a quantidade de moradores que lá vivem. Diferentemente de Santa Marta, em Babilônia/Chapéu Mangueira existem valas abertas, mas são poucas. No caso desta comunidade, nunca houve domínio de duas facções, mas sim de facções diferentes em épocas distintas. A maioria dos moradores de Babilônia fazem parte da Associação de Moradores.

5. Relação com os moradores

Pela grande quantidade de entrevistas informais realizadas durante a pesquisa, conseguimos obter dados suficientes para montar dois cenários completamente diferentes nas comunidades: um deles antes da entrada da UPP na comunidade, e outro após a implementação dela.

Em um cenário anterior à presença da UPP, a maioria dos entrevistados relatou que a organização do tráfico era responsável pela comunidade como um todo. Como a presença do Estado era inexistente no morro, o tráfico se incumbia das funções estatais.

Neste quesito, notamos uma grande diferença entre as comunidades analisadas. Em Santa Marta, o tráfico era considerado assistencialista, ou seja, supria as necessidades do Estado na comunidade afim de genuinamente querer ajudar a desenvolver a comunidade (neste caso, os meios justificam os fins). Se responsabilizam pelo encaminhamento para hospitais, compra de medicamentos, fornecimento de energia elétrica e tv à cabo (via “gatos”), etc. Este tipo de tráfico é mais difícil de se desligar do morro, pois ele cria raízes com a comunidade e possui caráter familiar, onde os cargos na empresa do tráfico vão passando entre gerações. Apesar de relatos de tiroteios ocasionais, os moradores afirmaram que não havia grandes problemas entre o tráfico e a própria comunidade, pois havia um respeito mútuo entre eles.

Já na comunidade Babilônia/Chapéu Mangueira, o tráfico era conceituado como repressivo, o qual ganha o respeito da comunidade por via do medo, sendo assim mais fácil de desvinculá-lo de sua zona de poder. Mesmo nessa condição, o tráfico ainda supria algumas necessidades estatais na comunidade.

Com a implementação da UPP, de imediato a presença do tráfico é banida da comunidade. Com isso, cabe a UPP provir para a comunidade o que influi da presença do Estado: rede elétrica, saneamento básico, segurança, etc. Com a chegada do Estado no morro, com ele vêm investimentos para o local, programas sociais, e de certa forma, certa mudança na cultura do local, uma vez que a lei que vigorava na comunidade era a “lei do morro”, agora os indivíduos respondem, em caráter inédito, as leis constitucionais. A UPP entra como sinônimo de segurança pública, e por este motivo, algumas comunidades recebem um grande aporte turístico após a implementação da UPP.

O Subcomandante da UPP de Santa Marta nos explicou que há duas formas de se obter respeito: pelo medo e pela admiração. A via do medo é mais fácil e eficaz, porém de curta

duração. Já a via da admiração é sólida e duradoura. Com isso, a UPP opta pela via da admiração, tentando criar a imagem do policial exemplar, a ser admirado pela comunidade.

Como o gênero musical “funk carioca” surgiu nos morros das favelas do Rio de Janeiro, grande parte dos moradores destas comunidades se identifica com esta música, mas como os bailes funk eram acompanhados da comercialização e do uso descarado de drogas e ostentação de armamento pesado, umas das primeiras ações em todas as UPPs foi banir este evento da comunidade. Simultaneamente, as festas e eventos que ocorriam nas favelas não respeitavam a Lei do Silêncio ou requisitos básicos de segurança, e por isso, todos os eventos de médio e grande porte devem ser devidamente notificados para as autoridades da UPP. Este é o tópico que nós mais escutamos reclamações, pois a UPP afirma que eles precisam saber destes eventos para montar a segurança do mesmo, mas os moradores insistem que isto é uma invasão de privacidade e alguns afirmam ser até uma forma de abuso por parte da UPP. A justificativa desta em requisitar a notificação é de que eles precisam se organizar para realizar a segurança do local do evento, não havendo necessariamente o veto deste. Independentemente do tipo de evento, a Lei do Silêncio é rigorosamente seguida em um cenário pós-pacificação. Atualmente, ainda há resquícios do tráfico presente no morro. É o classificado como tráfico “formiguinha”, em que a droga é traficada em pequenas quantidades e apenas no ambiente interno da comunidade, ou seja, não há mais pessoas providas da Zona Sul frequentando a comunidade somente para comprar drogas, fato até então comum.

Outro tópico muito citado nas entrevistas com os moradores diz respeito às altas contas de luz da Light. Em nenhuma favela existe um sistema de eletricidade legal, mas todos tem eletricidade em casa via “gatos”, feitos pelas facções que atuavam nas comunidades. Com a chegada da UPP, uma das empresas que acompanham esta implementação é a Light, que instala relógios de luz em todas as residências, acabando com os “gatos”. Ao mesmo tempo, a empresa realiza o mapeamento do morro, nomeando ruas e numerando casas. Com isso, há a criação da identidade dos moradores, via seus endereços, vinculando-os às suas comunidades. Isso faz com que os moradores se sintam membros de um grupo, procurando levar desenvolvimento pro local onde vivem. No morro Santa Marta, a empresa ainda trocou todas as lâmpadas incandescentes por eletrônicas e todas as geladeiras velhas por novas, visando diminuir o custo da conta de eletricidade. Antes eles não pagavam pela eletricidade, pagavam apenas a “mensalidade do tráfico” que era um valor estipulado pela facção em vigor em torno de R\$ 50 reais, que incluía todos os “serviços” prestados pelo tráfico. Como a Light sabia que seria difícil mudar a cultura da

“luz de graça”, eles desenvolveram um programa denominado “Light Recicla”, que consiste na separação do lixo pelos moradores para serem entregues nos postos da Light dentro da comunidade. Esta triagem do lixo é feita em troca de descontos na conta de luz. Apesar dos descontos serem reais, eles são ínfimos quando comparados aos preços das contas. Tivemos acesso a alguns gráficos que mostram o acréscimo do valor da conta em uma base mensal, o que não faz sentido pois a maioria dos moradores das favelas não compram novos eletrodomésticos mensalmente.

O que grande parte dos moradores de ambas as comunidades reclamam é que a Light disse que iria estipular uma tarifa diferenciada para moradores de favelas, o que de fato não aconteceu. A média das contas de luz giram em torno de R\$ 200 e R\$ 300 reais e os descontos, quando muito grandes, ficam na casa dos R\$ 20 reais. Mesmo com estas duas reclamações constantes durante a pesquisa, a maioria dos moradores disse ser favorável à presença da UPP, pois esta trouxe paz e segurança para a comunidade.

Fora estas queixas comuns às comunidades, cada uma possui suas reivindicações particulares. Com relação a desapropriação do topo do morro em Santa Marta, por exemplo, há muitos moradores que não aceitam mudar de casa, pois alegam que a origem do morro é exatamente no topo do morro, e que se forem para os prédios novos construídos pela prefeitura, não poderão construir “anexos” em caso de um novo membro da família, além de terem que dividir o ambiente de moradia com outras pessoas. Alguns alegam também que os apartamentos são pequenos, não tendo espaço para a família toda. A desapropriação da área de risco em Babilônia/Chapéu Mangueira, como já mencionado, não apresentou problemas. Em Santa Marta, há também a realização de Cafés Comunitários, reuniões mensais abertas ao público para a resolução de problemas comuns e reivindicações. Estão presentes nessas reuniões o presidente da Associação de Moradores, os próprios moradores e algumas autoridades da UPP.

6. Influência das UPPs

A implementação das UPPs nas comunidades estudadas, como já relatado anteriormente, contribuiu para a chegada de instituições do Estado e para a melhora das atividades executadas por instituições já existentes. Sendo assim a primeira instituição visitada foi a Associação de Moradores da comunidade de Santa Marta.

Fundada em 1965, a Associação de Moradores de Santa Marta tem o objetivo de representar seus moradores na resolução de problemas como, principalmente, o lixo, luz, água e a justiça. O presidente da Associação com o qual conversamos está neste cargo voluntariamente há 3 mandatos, que duram quatro anos cada, sendo eleito por voto fechado somente dos associados. Para se associar, é necessário que o indivíduo seja residente na comunidade e faça um pagamento de R\$ 5 reais mensais. Como benefício, os associados ganham voz na comunidade, podendo convocar assembleias, não pagando por algumas documentações (ou pagando um valor irrisório), possuindo facilidade na compra e venda de imóveis na comunidade e ganhando uma caixa de correspondência em nome da família, já que as cartas e contas chegam na Associação. Atualmente, há 150 associados, um número ainda baixo considerando a população total da comunidade de 6000 habitantes. Segundo o presidente, a baixa filiação ocorre pelo desinteresse por parte da maioria dos moradores em questões políticas. Além disso, também alega que durante o comando do tráfico, não havia necessidade do pagamento da taxa mensal para se associar, pois o Comando Vermelho, facção dominante na comunidade, contribuía com grandes valores periodicamente. Durante o comando do tráfico, o poder da Associação não era restrito pela facção. Atualmente a Associação realiza vários projetos sociais com a comunidade, como fornecendo aulas de futebol, música, teatro e aulas na Escola de Samba Unidos de Santa Marta.

A segunda instituição pesquisada foi a FIRJAM (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). Segundo o responsável com o qual conversamos, a entrada do Estado na comunidade trouxe a possibilidade de estabelecer parcerias com a iniciativa privada, contribuindo com a entrada da FIRJAM na comunidade. As empresas privadas veem um atrativo para investir em federações como a FIRJAM a fim de receber abono fiscal do estado, via atestado de baixa renda dos alunos, emitidos pela própria FIRJAM. Cada atestado representa uma porcentagem de isenção de impostos para as empresas. O Sistema FIRJAM fornece cursos técnicos. Antes da implementação da UPP na comunidade, estes cursos eram proporcionados pelo SENAI. Segundo o responsável da

FIRJAM, a qualidade destes cursos era inferior, porém os alunos recebiam uma bolsa para a realização destes. Atualmente, apesar de não haver mais esta bolsa, os alunos são gratificados com certificado de graduação do curso realizado, podendo exercer as atividades aprendidas. Por possuírem apenas cursos temporários e de curta duração, o projeto não representa uma considerável mudança de vida para os moradores. Porém, sendo uma ajuda considerável ou não, cabe a cada indivíduo aproveitar o conhecimento que lhe é oferecido, pois aos dizeres do Presidente da Associação de Moradores de Santa Marta, “o estudo muda o povo”. Além disso, os funcionários desta instituição são moradores da comunidade, aumentando a oportunidade de emprego.

Outra instituição visitada foi a FAETEC. Assim como a FIRJAM, ela fornece cursos profissionalizantes gratuitos, porém, de acordo com a coordenadora pedagógica, aquela não emprega pessoas da comunidade. Há alguns cursos que contam com a contribuição da iniciativa privada, oferecendo os produtos necessários para a realização destes. A maioria dos alunos provém de fora da comunidade. Segundo a coordenadora pedagógica, esse baixo aproveitamento se deve pelo desinteresse e pela falta de disponibilidade dos moradores. Considerando a baixa escolaridade da população do morro, a FAETEC permite que se faça um mesmo curso o quanto for necessário para que o aluno tenha um bom aprendizado. Durante o comando do tráfico, a FAETEC não funcionava no período noturno e contava com um membro do Comando Vermelho como coordenador, facilitando assim a relação da instituição com as “leis do morro”. Em um cenário pós pacificação, houve um aumento de alunos provenientes de fora da comunidade, já que não temiam mais pela sua segurança. Além disso, a FAETEC se tornou autônoma.

Há algumas particularidades nas Associações da comunidade Babilônia/Chapéu Mangueira. Em 1960 surgiu a Associação de Moradores de Chapéu Mangueira, sendo a pioneira na cidade do Rio de Janeiro. Em 1961 surgiu a Associação de Moradores de Babilônia. As duas associações contribuíram para a fundação da FAFERJ (Federação das Associações de Moradores de favelas do Estado do Rio de Janeiro) em 1963. Atualmente, todas as associações de moradores de todas as favelas do Rio fazem parte da FAFERJ, sejam elas pacificadas ou não.

7. Considerações finais

Ao realizar esta pesquisa notamos que as comunidades analisadas são onde se encontram as chamadas UPP Vitrine, que segundo pesquisa do Jornal Extra, são UPPs consideradas 5 estrelas. Por serem implementadas há 4 (Babilônia/Chapéu Mangueira) e 5 anos (Santa Marta), o programa das UPPs estão bem estabilizados no local. Com isso, acreditamos que houve uma influência positiva na pesquisa, pois a aceitação dos moradores à pacificação deve ser maior quando comparadas a outras comunidades. Gostaríamos de ter analisado outras UPPs também, como por exemplo, o Morro do Alemão. Além disso, devido ao grande engrandecimento da pessoa da Major Priscila, gostaríamos de tê-la entrevistado. Porém tivemos alguns problemas com seus contatos.

Ao analisar as informações adquiridas durante a pesquisa, pudemos perceber há uma grande aprovação da UPP pelos moradores e representantes de instituições nas comunidades estudadas. Houve melhora na qualidade de vida e aumento de oportunidades de desenvolvimento pessoal dos moradores. Acreditamos que foi mais fácil retomar o controle do Estado nessas comunidades devido ao sua pequena extensão. Percebemos também que durante o comando do tráfico, os morros eram pacíficos, dentro de suas condições, já que os traficantes não perturbavam os moradores, como relatado anteriormente.

Notamos um “conceito” de policia muito diferente do que esperávamos. Os policia entrevistados nos mostraram ser humanizados. Percebemos boa vontade na execução de suas atividades. Acreditamos também que o sucesso da implementação dessas UPPs se deve a essas características dos policiais, pois caso contrário, haveria aumento da violência na comunidade, que não era nem vivenciada durante o domínio das facções.

A pesquisa nos mostrou que embora haja muitos benefícios, ainda há questões a serem melhoradas ou melhor esclarecidas, que atualmente são vistas por nós como desafios para as UPPs das comunidades pesquisadas.

Para implementar uma UPP numa comunidade, a Secretaria de Segurança avalia índices de violência, de homicídio e o quanto a violência da comunidade afeta a região ao seu redor. Com isso, há um grande interesse político em pacificar comunidades nas áreas nobres do Rio de Janeiro, para que a violência não prejudique as classes mais favorecidas.

Vimos dúvida e insegurança por parte de alguns moradores com relação a manutenção das UPPs nas comunidades. Um policial e alguns moradores com os quais conversamos alegam que as

UPPs somente não iram sair das comunidades pois, com elas, o governo encontrou mais um mercado consumidor de impostos e uma fonte de votos. Segundo a Comandante da UPP Babilônia/Chapéu Mangueira, se o programa da UPP for retirado da comunidade, seria o fim da esperança dos moradores, além de mostrar um sinal de fraqueza da corporação e do Estado.

Contudo, nós acreditamos que o maior desafio das UPPs pesquisadas é mudar a cultura ligada ao tráfico, ligando a comunidade ao Estado. É muito difícil impor regras para indivíduos que nunca tiveram necessidade de obedecê-las, causando alguns conflitos como a falta do discernimento entre ônus e bônus, ou até mesmo deveres e obrigações. No período do tráfico, os moradores obedeciam as “leis do morro”, que não incluíam o pagamento regulado da água e da luz por exemplo. É devido a isso que há grandes reclamações por parte dos moradores no que diz respeito ao alto valor das contas de água e luz, já que nunca tiveram o hábito de economizar para pagar um valor menor nessas contas. A Lei do Silêncio deve ser seguida em qualquer bairro do Rio de Janeiro, porém na época do tráfico não se respeitava essa lei, já que na comunidade as leis vigentes eram outras. Com isso, os moradores reclamam quando não são autorizados a fazer festas após as 22h.

Indagamos se as leis do Estado não estão interferindo na privacidade desses moradores. As pessoas que moram em casas nas ruas asfaltadas costumam realizar festas com som alto em suas próprias casas, e muitas vezes os vizinhos não reclamam. Por que então os moradores das comunidades pesquisadas devem pedir autorização a policia para realizar uma festa em sua própria residência? A impressão que temos é de que a população dessas comunidades vive as consequências de um erro de um grupo restrito (a facção), já que as festas que ocorriam no período do Comando Vermelho, como os bailes funk, tinham o principal objetivo de financiar o tráfico, então agora todo e qualquer indivíduo da comunidade deve pedir permissão para realizar uma festa privada em sua própria moradia.

Não somente dessa maneira, a privacidade dos moradores também está sendo colocada em risco devido à prática de atividades relacionadas ao turismo. O grande fluxo de turistas nas comunidades, apesar de trazer desenvolvimento econômico, traz consigo alguns turistas que não sabem diferenciar o indivíduo da paisagem, tirando fotos indiscretas de momentos íntimos ou pessoais da população local sem ao menos pedir permissão.

Como a maioria dos adultos e idosos das comunidades presenciaram o domínio do tráfico, eles acabam exercendo influência negativa nas crianças, cultuando o fato de que a policia é autoritária e soberana. Pessoas com opiniões consolidadas são difíceis de se convencer, mesmo que através

de ações, de que algo mudou. Acreditamos que seja por isso que a polícia tem foco nas crianças. Porém, algumas crianças mostraram ao longo da pesquisa uma mudança de comportamento com os policiais quando em frente aos seus pais e quando longe destes. Isso mostra que enquanto não houver uma nova geração, será difícil ou quase impossível mudar essa cultura ligada ao tráfico.

Um sargento da UPP de Santa Marta nos disse que “o favelado não é aquele que mora na favela, mas sim aquele que tem a favela dentro de si”. Ilustramos esse fato com o exemplo do lixo nesta comunidade, que apesar de ser um problema crônico e cultural, pode ser solucionado com a mudança de hábito, que em nossa opinião, é outro desafio para a UPP.

Com relação à nova gratificação oferecida pela FIRJAM para seus alunos, apesar deles não possuírem mais a bolsa que tinham anteriormente, hoje eles recebem um certificado de conclusão, que em nossa opinião é muito mais gratificante, dadas as oportunidades que um certificado proporciona.

8. Bibliografia

Entrevistas com funcionários das seguintes instituições/estabelecimentos: UPP Santa Marta, UPP Babilônia/Chapéu Mangueira, Associação de Moradores Babilônia, Associação de Moradores Chapéu Mangueira, Associação de Moradores Santa Marta, FIRJAM, FAETEC, CNS (Plano inclinado), Comlurb, SESI, Posto de Saúde Babilônia/Chapéu Mangueira, Bar do David, Bar do Zequinha, Moradores em geral, Rio Top Tour, CPP.

Todas as observações e entrevistas foram realizadas em julho de 2013.